

Benedicto de Tolosa Filho

LICITAÇÕES, CONTRATOS & CONVÊNIOS

**Incluindo a Modalidade de Pregão,
o Registro de Preços e a
Contratação de Publicidade**

7ª Edição

Revista e Atualizada de Acordo com:

- **Lei Anticorrupção**
- **Leis das Parcerias**
- **Estatuto Nacional das Pessoas com Deficiência**
- **LC 155/2016 (Simples Nacional)**
- **Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais)**
- **Lei 13.726/2018 (Racionaliza Procedimentos Administrativos)**
- **Decreto 9.507/2018 – Terceirização de Serviços Públicos**

Curitiba
Juruá Editora
2019

SUMÁRIO

I	PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	15
1	PRINCÍPIO DA LEGALIDADE	16
2	PRINCÍPIO DE IMPESSOALIDADE.....	24
3	PRINCÍPIO DE MORALIDADE.....	43
4	PRINCÍPIO DE PUBLICIDADE.....	43
5	PRINCÍPIO DE EFICIÊNCIA	47
II	PRINCÍPIOS DA LICITAÇÃO.....	49
III	IMPEDIMENTO PARA CONTRATAR E LICITAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	57
IV	DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	65
1	ALIENAÇÕES	66
1.1	Ação Direta de Inconstitucionalidade contra Parte do Art. 17 da Lei 8.666/1993.....	68
2	DISPENSA E INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DE OBRAS, SERVIÇOS E BENS.....	68
3	HIPÓTESES DE DISPENSA DE LICITAÇÃO	69
3.1	Dispensa de Licitação para a Aquisição de Gêneros Ali- mentícios com Recursos do FNDE no Âmbito do PNAE	106
4	DAS HIPÓTESES DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO ...	107
4.1	Hipóteses Legais de Inexigibilidade de Licitação	112
V	PLANEJAMENTO DA LICITAÇÃO.....	139
1	ASPECTOS GERAIS DA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	148
1.1	Serviços que Podem ser Terceirizados.....	149
1.2	Projeto Básico ou Termo de Referência para a Contratação de Serviços Terceirizados.....	152
1.3	Instrumento Convocatório para a Contratação de Serviços Terceirizados.....	157
1.4	Elaboração da Proposta para a Prestação de Serviços Ter- ceirizados	163

1.5	Julgamento das Propostas de Serviços Terceirizados.....	165
1.6	Vigência dos Contratos de Serviços Terceirizados	168
1.7	Acompanhamento e Fiscalização da Execução do Contrato para a Prestação de Serviços Terceirizados.....	169
1.8	Pagamento para a Prestação de Serviços Terceirizados	172
1.9	Repactuação e Reajuste	174
VI	MODALIDADES DE LICITAÇÃO	177
1	CONCORRÊNCIA.....	178
2	TOMADA DE PREÇOS	178
3	CONVITE.....	179
4	CONCURSO	181
5	LEILÃO.....	182
6	PREGÃO	183
6.1	Entendendo o Sistema de Registro de Preços.....	191
VII	TIPOS DE LICITAÇÃO	205
VIII	O EDITAL E SEUS REQUISITOS	207
IX	COMISSÃO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÕES.....	239
X	PREGÃO COMO MODALIDADE DE LICITAÇÃO.....	247
1	CARACTERÍSTICAS DO PREGÃO	248
2	PREGOEIRO.....	250
3	ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO.....	251
4	PROCESSAMENTO DO PREGÃO – FASE EXTERNA	263
5	O JULGAMENTO DO PREGÃO QUANDO DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E DE EMPRESAS DE PEQUENO PORTE	277
XI	JULGAMENTO DA FASE DE HABILITAÇÃO	279
1	HABILITAÇÃO JURÍDICA.....	280
2	REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA	282
2.1	Privilégios Concedidos às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte com Relação à Fase de Habilitação	286
3	QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	288
4	QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	293
5	PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR E DO ADOLESCENTE	300
6	POSSIBILIDADE DE DISPENSAR EM TODO OU EM PARTE OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	300

XII	JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS.....	303
1	JULGAMENTO DA LICITAÇÃO DO TIPO MELHOR TÉCNICA	304
2	JULGAMENTO DA LICITAÇÃO DE TÉCNICA E PREÇO.....	307
XIII	JULGAMENTO DE LICITAÇÃO DO TIPO DE MAIOR LAN- CE OU DE MAIOR OFERTA.....	311
XIV	JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE MENOR PREÇO.....	313
1	JULGAMENTO FORMAL.....	314
2	ANÁLISE DO PREÇO	317
3	PRIVILÉGIOS CONCEDIDOS ÀS MICROEMPRESAS E ÀS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE	320
4	PRIVILÉGIOS CONCEDIDOS AOS PRODUTOS E SERVI- ÇOS DE ORIGEM NACIONAL	322
5	PRIVILÉGIOS CONCEDIDOS A EMPRESAS QUE MANTE- NHAM POLÍTICA DE RESERVA DE CARGOS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	326
XV	ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	327
1	ADJUDICAÇÃO.....	327
2	HOMOLOGAÇÃO	328
3	CELEUMA QUANTO À ORDEM DOS ATOS DE ADJUDI- CAÇÃO E DE HOMOLOGAÇÃO	328
XVI	IMPUGNAÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL.....	331
XVII	RECURSOS ADMINISTRATIVOS.....	333
XVIII	CONTRATO ADMINISTRATIVO	337
1	ASPECTOS GERAIS.....	338
2	CLÁUSULAS NECESSÁRIAS.....	339
3	PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO	341
4	REGIME JURÍDICO DOS CONTRATOS ADMINISTRATI- VOS.....	345
5	FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS.....	346
6	ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS	347
7	ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO NAS OBRAS, SERVIÇOS E COMPRAS	354
7.1	Posição da Doutrina	359
7.2	Posição da Jurisprudência	361
8	EXECUÇÃO DO CONTRATO	364
8.1	A Constitucionalidade do Art. 71.....	365

9	RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO	367
9.1	Ensaios ou Testes	370
10	INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO	371
XIX	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	377
1	DOSIMETRIA DAS SANÇÕES.....	383
2	LEI ANTICORRUPÇÃO (LEI 12.846/2013)	386
3	RETENÇÃO DE PAGAMENTO.....	388
XX	REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO	391
XXI	CONVÊNIO: PLANEJAMENTO, ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO	393
1	CONSIDERAÇÕES GERAIS	393
2	TERMINOLOGIA UTILIZADA	396
2.1	Contrato de Repasse	397
2.2	Termo de Parceria	397
2.3	Concedente.....	397
2.4	Conveniente.....	397
2.5	Interveniente.....	398
2.6	Executor	398
2.7	Contribuição	398
2.8	Auxílio.....	398
2.9	Subvenção Social	398
2.10	Nota de Movimentação de Crédito.....	398
2.11	Termo Aditivo	399
2.12	Objeto.....	399
2.13	Meta.....	399
3	REQUISITOS PARA A CELEBRAÇÃO DO CONVÊNIO.....	399
3.1	Plano de Trabalho.....	399
4	FORMALIZAÇÃO DO CONVÊNIO	402
5	ALTERAÇÃO DO CONVÊNIO.....	407
5.1	Remanejamento – Mudança de Objeto – Alteração do Plano de Trabalho	407
6	PUBLICIDADE DO CONVÊNIO	407
7	LIBERAÇÃO DOS RECURSOS	408
8	EXECUÇÃO DO CONVÊNIO	410
9	PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	413
10	RESCISÃO DO CONVÊNIO	416
11	A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E SUAS IMPLICAÇÕES NOS CONVÊNIOS.....	416

	12 JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO SOBRE CONVÊNIOS	417
XXII	LEI DAS PARCERIAS ENTRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL	421
	1 DEFINIÇÕES	424
	2 PRINCÍPIOS PARA A CELEBRAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA	427
	3 TRANSPARÊNCIA E CONTROLE	428
	4 PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	429
	5 PLANO DE TRABALHO	431
	6 CHAMAMENTO PÚBLICO	432
	7 DIVULGAÇÃO DO EDITAL	433
	8 JULGAMENTO DAS PROPOSTAS	433
	9 OUTRAS COMPROVAÇÕES	434
	10 COMISSÃO DE SELEÇÃO	435
	11 PROVIDÊNCIAS PARA FORMALIZAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO E FOMENTO	436
	12 ATUAÇÃO EM REDE	437
	13 VEDAÇÕES PARA CELEBRAÇÃO DA PARCERIA	438
	14 FORMALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DOS TERMOS	439
	15 DESPESAS	441
	16 LIBERAÇÃO DOS RECURSOS	442
	17 MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RE- CURSOS	443
	18 ALTERAÇÃO DA VIGÊNCIA DOS TERMOS	443
	19 MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E GESTÃO DO CUM- PRIMENTO DO OBJETO DA PARCERIA	444
	20 INEXECUÇÃO POR CULPA DA ORGANIZAÇÃO DA SO- CIEDADE CIVIL	445
	21 PRESTAÇÃO DE CONTAS	446
	22 PRAZOS	446
	23 RESPONSABILIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS À ORGANIZAÇÃO SOCIAL	448
	24 ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	449
	25 ASPECTOS GERAIS	449
XXIII	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE	451
	1 CONCEITO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE	451

2	OUTROS SERVIÇOS QUE PODEM SER INCLUÍDOS	453
3	SERVIÇOS VEDADOS	453
4	REQUISITOS PARA A PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	453
5	FASE INTERNA	454
6	ELABORAÇÃO DO EDITAL	454
7	PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO.....	456
8	ASPECTOS GERAIS	460
XXIV	ASPECTOS JURÍDICOS E OPERACIONAIS DAS LICITAÇÕES E DOS CONTRATOS REALIZADOS PELAS EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA.....	461
1	LICITAÇÕES	461
2	DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS.....	477
3	NORMAS PARA OBRAS E SERVIÇOS.....	486
4	NORMAS PARA AQUISIÇÃO DE BENS	491
5	NORMAS PARA ALIENAÇÃO DE BENS	493
6	PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO	493
7	MODOS DE DISPUTA.....	494
8	CRITÉRIOS DE JULGAMENTO.....	495
9	CRITÉRIO DE DESEMPATE	498
10	CLASSIFICAÇÃO E DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS.....	499
11	NEGOCIAÇÃO COM A PROPOSTA MELHOR CLASSIFICADA.....	501
12	HABILITAÇÃO	502
13	FASE RECURSAL.....	503
14	ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO, REVOGAÇÃO E NULIDADE	504
15	PROCEDIMENTOS AUXILIARES DAS LICITAÇÕES	506
16	CONTRATOS	509
17	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	511
	REFERÊNCIAS	513
	ÍNDICE REMISSIVO.....	515